



Dia a Dia

Sandro Thadeu

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

100% dos valores da taxa judiciária serão do Judiciário

O governador João Doria (PSDB) encaminhou à Assembleia Legislativa, em dezembro, o Projeto de Lei 1.339/2019, que tem o objetivo de alterar a legislação estadual que trata da taxa judiciária incidente sobre os serviços públicos de natureza forense. A proposta está alinhada a uma antiga reivindicação do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP): o gerenciamento e o recebimento de 100% do valor decorrente dessa taxa, o que propiciará maior previsibilidade orçamentária e financeira ao Judiciário paulista. Caso essa alteração seja aprovada no Parlamento, o percentual de recursos destinados ao TJ-SP passará de 60% para 90%, permanecendo 10% da arrecadação reservada aos oficiais de Justiça. Além disso, a propositura prevê que esse acréscimo seja destinado exclusivamente para o pagamento com despesas de pessoal. Para o Judiciário paulista, essa conquista histórica é fruto do relacionamento harmônico e independente entre os três poderes de São Paulo.

Tudo sob controle

Segundo dados da Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento, o valor total previsto a título de arrecadação da taxa judiciária neste ano é de R\$ 1,27 bilhão. Para o governo paulista, a transferência de recursos prevista na proposta de lei não terá impacto financeiro significativa ao Executivo.

Cobiçada

Pré-candidato a prefeito da Capital, o ex-governador Márcio França (PSB) está em busca de um vice. Integrantes da sigla defendem o nome de uma mulher. Uma das mais cotadas para essa missão é a deputada federal Renata Abreu (Pode). Porém, os socialistas terão que buscar outra alternativa.

Plano frustrado

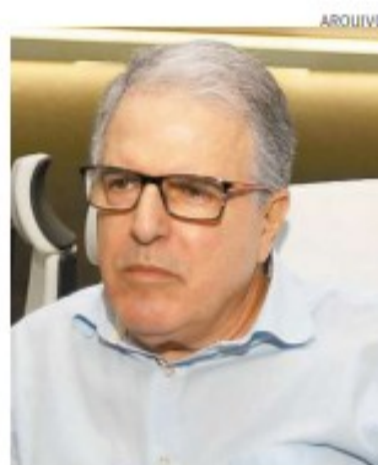
A coluna entrou em contato com a parlamentar, que comanda a legenda em âmbito nacional, e ela afirmou que a sigla provavelmente deverá apoiar à reeleição de Bruno Covas (PSDB). Em 2018, o tucano apoiou a candidatura ao Senado do tio e atual presidente do Pode no Estado, Mário Covas Neto.

Aloha!

O deputado estadual Paulo Corrêa Júnior (DEM) participou ontem da inauguração da Escola Radical de Surfe Adaptado, instalada no Posto 3, na orla da Praia do Gonzaga. Ele foi o responsável por direcionar uma emenda parlamentar de R\$ 250 mil para viabilizar essa obra.

A pioneira

"A gente começa o primeiro dia útil do ano em festa, mas também com trabalho. É para isso que a gente faz política: para transformar a vida das pessoas", destacou Corrêa Júnior em seu discurso. Essa é a primeira escola de surfe adaptado existente no mundo.



Parado no tempo

Embora o Aquário de Santos seja uma das principais atrações turísticas do Estado, a Prefeitura insiste em complicar a vida dos visitantes ao não dar a opção de compra dos ingressos por meio do cartão de débito ou de crédito.

Questão lógica

O vereador Ademir Pestana (PSDB - foto) já apresentou um requerimento para viabilizar o pagamento das entradas por meio de cartão, evitando assim que o turista seja surpreendido e obrigado a ir até um caixa eletrônico para sacar o dinheiro.

Quase lá

O secretário municipal de Meio Ambiente, Marcos Libório, disse que há planos para que os bilhetes do Aquário e do Orquidário possam ser pagos com cartões. A expectativa é que essa medida possa ser implantada ainda este ano.

Partiu para cima

O PSL ingressou ontem com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) para impedir a criação da figura do "juiz de garantias" prevista no novo pacote anticrime. Este magistrado só atuará na fase da investigação criminal, enquanto o outro dará sequência à apuração e a sentença do caso.



Acidente com elevador: risco em Santos

Segundo sindicato das empresas de manutenção do Estado, falta de legislação mais completa eleva a possibilidade de ocorrências

DA REDAÇÃO

A chance de ter acidentes envolvendo elevadores em Santos é até quatro vezes maior do que em cidades com uma legislação mais completa sobre o assunto, como na Capital. Os dados são do Sindicato das Empresas de Conservação, Manutenção e Instalação de Elevadores do Estado de São Paulo. Na última segunda-feira à noite, um elevador caiu em um prédio na Vila Belmiro, matando quatro pessoas.

Segundo Marcelo Braga, presidente da entidade, 1/5 dos elevadores do País está em São Paulo – algo em torno de 90 mil equipamentos. E a incidência de acidentes para um lugar sem legislação é, no mínimo, dez vezes maior, apesar de ter menos elevadores.

“No caso de Santos, já existe legislação. É que ela não contempla aspectos como a emissão via internet da Renovação Anual de Habilitação (RIA)”.

Segundo ele, a vereadora Audrey Kleys (PP) foi procurada para elaborar um projeto de lei complementar (PLC) para atualizar a



MATHEUS TAGÉ

Quatro pessoas morreram no elevador de prédio na Vila Belmiro

A TRIBUNA NÃO ESQUECE

Criança é ferida em queda de elevador

REPORTAGEM
Uma criança de sete anos ficou ferida após sofrer um acidente em um elevador da Escola Municipal Pedro II, em Santos. Segundo a Secretaria de Educação (Seduc) da Cidade, ele foi socorrido à Santa Casa.
O acidente aconteceu na unidade localizada no bairro Ponta da Praia. Segundo o Corpo de Bombeiros, o aluno, que é cadeirante, teria caído no poço do elevador para deficientes. Não há detalhes sobre de qual forma ocorreu o acidente.
Ainda segundo a Seduc, a direção da unidade acionou a mãe do aluno e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), que socorreu o menino à Santa Casa.
Segundo a Prefeitura, funcionários da empresa responsável pelo elevador instalado na unidade escolar foram enviados ao local para verificar o que pode ter acontecido com o equipamento. Ele ficará interditado até que seja consertado.

1º de maio de 2019

Um menino de 7 anos, cadeirante e com Transtorno do Espectro Autista (TEA) caiu no fosso do elevador para deficientes da UME Pedro II, na Ponta da Praia, em Santos. O menino teve

um braço fraturado e traumatismo crânio-encefálico na queda. O elevador, uma plataforma elevatória hidráulica para cadeirantes, tinha laudo de manutenção em dia.

legislação vigente. O PLC tramita na Câmara.

De dezembro de 2018 a maio de 2019, foram registrados três acidentes na região. No primeiro, em 4 de dezembro de 2018, um operário de 31 anos morreu ao ser prensado por um elevador entre o terceiro e quarto pavimentos de um prédio em construção em Praia Grande.

Em 29 de abril de 2019, um homem morreu ao cair do 7º andar de um edifício em São Vicente. Durante uma queda de energia, por conta de um temporal, ele

caiu no fosso. Já em 1º de maio, um cadeirante de 7 anos foi resgatado no fosso do elevador da Escola Municipal Pedro II (veja acima).

SEGURANÇA

Marcelo diz que o elevador é um meio de transporte seguro. “Apesar de ainda não ter saído laudo conclusivo sobre a tragédia que matou quatro pessoas da mesma família, tenho informações de que foi algo como tentar fazer um avião continuar voando com as duas asas quebradas”.

Em 30 anos de experiência em elevadores, o presidente do sindicato diz que nunca viu acontecer algo do tipo. “Acredito que não tenha sido falta de manutenção. Pelo que sei, uma peça se quebrou. Isso pode ter várias causas técnicas. É preciso avaliar até a maresia”.

RESPOSTAS

Segundo Eugênio Kelemen, membro da Coordenadoria de Inspeção de Instalação e Locais de Eventos, Desenvolvimento Tecnológico e de Segurança de Santos, ainda não houve acesso ao trabalho da perícia.

A Prefeitura de Santos diz que a intimação da empresa Elevadores Villarta exige que se apresente, por exemplo, laudo técnico dos itens de segurança dos elevadores.

A Villarta, empresa responsável pela manutenção dos equipamentos do Edifício Tiffany, onde aconteceu a tragédia na última segunda, esclareceu que “a partir de análise técnica inicial, aparentemente não houve falha na manutenção realizada pela empresa”.



Com lei, Santos quer iluminação moderna

» A cidade de Santos agora possui um instrumento para modernizar a iluminação pública urbana. A Lei nº 379/2019, que autoriza a parceria público-privada para o setor, foi aprovada pela Câmara Municipal e publicada no Diário Oficial. Por meio de licitação, a Cidade pode firmar contrato com entidades privadas e a medida tem o objetivo de aumentar o investimento na área, expandindo e modernizando o sistema.

A parceria tomará a gestão mais eficiente e proporcionará melhorias significativas na iluminação pública. Além da economia gerada pelas lâmpa-

das de LED, a expansão da rede também deixará a Cidade mais segura, o que contribui com o lazer no período noturno. E o maior fluxo de pessoas nas ruas contribuirá também com setores como comércio e turismo.

DECRETO

O decreto compreende a implantação, instalação, recuperação, modernização, expansão, operação, gestão e manutenção da rede de iluminação pública. A empresa contratada deverá fazer os investimentos nos primeiros anos do contrato e receberá uma remuneração mensal. (DL)